

**- LIII -****IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA EDUCACIONAL E  
ESCALAS: UMA ANÁLISE DO ARRANJO  
INSTITUCIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PIBID****Juliana Cristina Araujo do Nascimento Cock**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

ju\_geouff@yahoo.com.br

**INTRODUÇÃO DO PROBLEMA**

O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado desenvolvida pela autora (COCK, 2018) e apresenta um aprofundamento das reflexões teórico-metodológicas da análise empreendida. Na pesquisa foi realizado um estudo de revisão do campo de estudos de políticas públicas, com foco sobre o processo de implementação, e uma análise do arranjo institucional de implementação de uma política educacional direcionada à formação inicial docente, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid/Capes).

O objetivo deste trabalho é oferecer uma contribuição para o desenvolvimento de pesquisas no campo teórico e acadêmico da política educacional ao apresentar as potencialidades teóricas, metodológicas e analíticas dos estudos de implementação desenvolvidos no campo de políticas públicas, além do uso de diferentes acepções do conceito de escala em interface com a Geografia para compreender a implementação do Pibid.

**DESENVOLVIMENTO**

A política educacional vem se constituindo como um campo de investigação em permanente busca de consolidação tanto no cenário internacional quanto nacional, e com significativo crescimento nas últimas décadas em número de pesquisadores interessados no tema, publicações, periódicos, eventos, redes e grupos de pesquisa (MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011; STREMEL; MAINARDES, 2016; MAINARDES; STREMEL;

SOARES, 2018). Para isso, o desenvolvimento de estudos teórico e analiticamente embasados torna-se fundamental para a consolidação do conjunto de conhecimentos produzidos de maneira metódica, sistemática e controlada, de maneira a constituir, portanto, uma epistemologia das políticas educacionais (SAVIANI, 2017).

Nesse sentido, a aproximação do campo teórico e acadêmico de política educacional com o campo de políticas públicas a partir de contribuições teóricas e analíticas interdisciplinares, sobretudo da Ciência Política, Administração Pública e da Sociologia, pode contribuir substancialmente em função dos modelos já desenvolvidos por esses campos e que têm sido utilizados para o estudo de outras políticas públicas sociais, de infraestrutura, e até mesmo aquelas de caráter intersetorial.

Dentre os estudos sobre implementação de políticas públicas estão as abordagens que consideram os arranjos institucionais de implementação e as estruturas de governança. As possibilidades analíticas oferecidas por essa abordagem permitem mapear os atores, processos e instrumentos necessários, antecipar gargalos, lacunas e insuficiências das capacidades estatais que podem prejudicar os objetivos e resultados esperados por determinada política ou programa (PIRES, 2016).

O estudo do arranjo institucional da implementação tem como base a estruturação proposta no seu desenho e permite compreender a implementação em ambientes político-institucionais complexos, como aquelas que envolvem relações federativas, participação social e parcerias público-privadas (GOMIDE; PIRES, 2014; PIRES, 2016). O tema dos instrumentos na produção da ação pública compreende o conjunto dos problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental (LASCOUTES; LE GALÈS, 2012).

O conceito de escala, por sua vez, é um dos mais caros à Geografia e o seu significado está para além do raciocínio analógico com a cartografia. No sentido de estratégia de apreensão da realidade, a escala define o campo empírico da pesquisa, ou seja, os fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado (CASTRO, 2008). Souza (2016) permite avançar no entendimento do conceito de escala na pesquisa sócio-espacial (sic) ao explicitar as suas acepções em: escala do fenômeno (abrangência física no mundo de um suposto objeto real), escala de análise (nível analítico referente à construção do objeto do conhecimento) e escala de ação (raciocínio estratégico e reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes).

Com base nos fundamentos acima, a produção dos dados da dissertação ocorreu mediante pesquisa bibliográfica e documental (editais Pibid até 2013). Trata-se de uma

pesquisa qualitativa cuja análise e interpretação dos dados deu-se a partir de uma estratégia de análise de conteúdo temática. Foram sistematizados e analisados o desenho do Pibid, objetivos, papel dos agentes, espaços e condições materiais que são colocadas para a sua realização, incluindo a estrutura de incentivos compreendida como parte dos instrumentos da ação pública para a efetivação dessa política educacional.

## CONCLUSÃO

A criação do Pibid resulta de um conjunto mais abrangente de políticas educacionais, com destaque para o I e II PNE e o PDE, que resultou nas novas atribuições dadas à Capes e na criação do Parfor. Outra articulação observada nas normas do Pibid diz respeito aos programas do MEC voltados às secretarias de educação, tomados como pré-requisitos para a escolha das escolas parceiras das IES que participam do Pibid, fomentando, assim, uma articulação com outras políticas educacionais que acontecem em níveis subnacionais.

A estrutura institucional-legal do Pibid acontece nas escalas nacional e regional. Em escala nacional, o Pibid articula em regimes de colaboração os entes federativos, a partir das IES e escolas participantes, tendo o Governo Federal como financiador, coordenador e regulamentador do programa. A escala regional, no sentido da meso-escala, refere-se à articulação de cada IES a um determinado número de redes de ensino e escolas materializando a área de influência de cada IES participante.

Na estrutura institucional-acadêmica do Pibid há três diferentes escalas na sua implementação e execução, embora sejam de naturezas distintas: a escala nacional, a organização intra-IES e a escala local. Essas três escalas constituem os espaços de atuação dos agentes, respectivamente, formuladores, burocratas de médio escalão (coordenadores institucionais e de gestão) e burocratas de nível de rua (coordenadores de área e supervisores). A organização intra-IES refere-se à estruturação e organização do Pibid em cada instituição de ensino superior participante e está intrinsecamente ligada às suas características institucionais. A escala local se refere ao nível da entrega da política nos Subprojetos, e materializa o regime de colaboração entre as IES as redes de ensino mediante a parceria com as unidades escolares selecionadas.

Não foi objeto da pesquisa o conteúdo substantivo do Pibid. Entretanto, a análise de documentos efetuada pode contribuir para o estudo do arranjo institucional de implementação das políticas educacionais concebendo-as enquanto fenômenos que se estruturam de maneira articulada, as relações federativas e suas dimensões escalares.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pp. 117-140.
- COCK, J. C. A. N. **Estudo de revisão do arranjo institucional de implementação de políticas: o caso do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)**. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2018, 195p.
- GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. (eds.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014.
- LASCOUMES, P.; GALÈS, P. L. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**. v.9, n.18, jul/dez. 2012.
- MAINARDES, J.; FERREIRA, M.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINARDES, J.; STREMEL, S.; SOARES, S. Aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em política educacional no brasil: mapeamento e reflexões **Movimento - Revista de Educação**, Niterói, ano 5, n.8, p.43-74, jan./jun. 2018.
- PIRES, R. R. C. Arranjos institucionais para implementação de políticas e ações em Direitos Humanos. In: DELGADO, A. L. M. *et al.* (orgs). **Gestão de políticas públicas de Direitos Humanos** – Coletânea. Brasília: Enap, 2016, pp. 189-210.
- SAVIANI, D. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, p. 1-5, 2017.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A emergência do campo acadêmico da política educacional em diferentes países. **Revista Tópicos Educacionais**, Recife, n.1, jan/jun. 2016, p. 115-138.